



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

CUNHATAI

1995 – 27 anos

Prefeito Municipal

Luciano Franz

Vice-Prefeito

Dirceu Hoss

Secretária Municipal de Saúde

Débora Luiza Hansen

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Darcilo Weidauer Schmitt

Secretário Municipal de Infraestrutura

Vilmar Brandão

Secretário Municipal de Assistência Social

Ederson Lenhard

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Giannina Amabile Weber

2023



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	xx/xx/2023		
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do plano via SGPe

Local	Responsável	Nº do Processo
Site da prefeitura Domínio https://cunhatai.sc.gov.br/a	Welinton Seimetz/Assessoria de Imprensa	
Instragram @prefeituradecunhatai	Welinton Seimetz/Assessoria de Imprensa	



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	E-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	Débora Luiza Hansen	saude@cunhatai.sc.gov.br	49 33380098 984264973
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria)	Giannina Amabile Weber	vigilancia@cunhatai.sc.gov.br	49 33380011 984174233
Coordenador da Defesa Civil	Darcilo Weidauer Schmitt	agricultura@cunhatai.sc.gov.br	49 33380010 989045039

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. Débora Luiza Hansen
II. Giannina Amabile Weber
Colaboradores
I. Evandra Valesca Grützmann Schmitt
II. Darcilo Weidauer Schmitt



SUMÁRIO

Apresentação.....	5
1. Objetivos.....	7
1.1 Objetivo Geral.....	7
1.2 Objetivos Específicos.....	7
2. Marco legal e normativo.....	7
3. Caracterização do Município.....	11
3. 1 Aspectos Socioeconômicos	12
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	13
3.3 Atividades Econômicas.....	13
3.4 Características físicas	14
3.4.1 Clima e Pluviometria	14
3.4.2 Pedologia.....	15
3.5 Hidrografia.....	16
3.6 Saúde	18
3.7 Assistência Social.....	19
3.8 Segurança.....	19
3.9 Obras.....	19
4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos	20
5. Gestão de Risco em Desastres	22
5.1 Riscos existentes de acordo com o COBRADE.....	24
6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.....	34
6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)	34
6.2 Sala de situação.....	34
7. Informações à população.....	35
8. Capacitações	35
9. Referências	36
Anexos	37



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Apresentação

Dentre os princípios bases do SUS, a universalidade, no contexto dos desastres, contempla a atenção a todos os grupos populacionais vulneráveis, expostos e afetados, tanto em seu meio de sustento como em sua moradia.

Da mesma forma, a equidade nos desastres é o que impulsiona as ações de modo a ajudar mais a quem mais foi afetado e mais precisa no momento. Desse modo, deve-se intensificar as ações de saúde principalmente em áreas mais necessitadas, de modo a se alcançar a igualdade de oportunidades para todos os grupos sociais e populacionais que apresentam condições desiguais diante do desastre, do adoecer.

E finalmente a integralidade nos desastres contempla um conjunto de ações que envolvam a vigilância em saúde, a promoção da saúde, a prevenção de riscos e agravos, a assistência e a recuperação em saúde, para os efeitos de curto, médio e longo prazos ocasionados pelos desastres (TEIXEIRA, 2011).

Além desses princípios bases, os planos para desastres no setor saúde devem seguir os princípios estratégicos do SUS como diretrizes capazes de garantir que as ações de resposta aos desastres tenham uma natureza universal, integral e equânime.

A descentralização, permite que se tenha uma direção única de ação dentro mas contemplando as três esferas de governo, com definição de funções e responsabilidades em relação à condução política administrativa do seu sistema de gestão de desastre dentro do território municipal, no caso.

Com a regionalização permite-se que as ações, instalações e recursos de saúde (profissionais, leitos, laboratórios etc.) se organize além dos limites territoriais dos municípios e considere uma base regional de ação de modo a superar as limitações municipais e envolver as regiões e redes de atenção existentes no nível estadual. Em regiões onde há municípios muito desiguais do ponto de vista da oferta de serviços, da capacidade técnica,

Tel. (493338.0005)

www.cunhatai.sc.gov.br - e-mail:

cunhatai@cunhatai.sc.gov.br

Avenida 29 de Setembro - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

financeira e de organização, as redes negociadas podem constituir estratégias a serem previstas no PPR para situações de desastre, mesmo que não sejam estruturadas ou utilizadas em tempos de “normalidade”.

Com a hierarquização dos serviços de saúde se estabelece uma rede de atendimento com os diferentes níveis de complexidade das unidades de atendimento de saúde, por meio de um sistema de referência e contra referência de usuários e de informações e estabelecimento de vínculos específicos entre unidades que prestam serviços de natureza mais específica, como rede de atendimento a urgências/emergências e rede de atenção básica. A depender do tipo de desastre, os primeiros atendimentos podem ocorrer tanto pela urgência/emergência (desastres intensivos) quanto pela atenção básica (desastres extensivos).

A participação da comunidade e dos profissionais de saúde envolvidos nos processos de preparação e respostas aos desastres deve se dar em todas as etapas do processo. Dessa forma, deve possibilitar o compartilhamento de conhecimentos diferenciados (técnicos, científicos e comunitários) essenciais para subsidiar a construção do plano de preparação e resposta, assim como uma aprendizagem coletiva fundamental para a redução de riscos de desastres e garantia da sustentabilidade das ações do plano dentro dos setores e das comunidades suscetíveis.

O direito à informação e à comunicação das populações expostas aos desastres, que deve ser exercido no que diz respeito não apenas ao acesso a informações sobre os investimentos e ações públicas para redução de riscos de desastres como também a áreas e populações vulneráveis e expostas aos riscos.

1. Objetivos



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

1.1 Objetivo Geral

- Definir a estratégia de atuação da vigilância em saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cunhatai na resposta a emergências de saúde pública de importância municipal bem como a sua articulação com o nível estadual em situações de emergência estadual e/ou nacional.

1.2 Objetivos Específicos

- Definir os instrumentos e estabelecer processos de trabalho adequados a uma resposta coordenada, eficaz, eficiente e oportuna a emergências em saúde pública;
- Organizar a articulação entre todas as secretarias municipais, bem como com as secretarias estaduais e outras instituições envolvidas na resposta a emergências em saúde pública;
- Estabelecer a forma de interação com os meios de comunicação e a mídia em geral durante uma emergência em saúde pública.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

Tel. (493338.0005)

www.cunhatai.sc.gov.br - e-mail:

cunhatai@cunhatai.sc.gov.br

Avenida 29 de Setembro - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- Portaria GM/MS Nº 4.085 (2022), que altera o Anexo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre

Tel. (49)3338.0005)

www.cunhatai.sc.gov.br - e-mail:

cunhatai@cunhatai.sc.gov.br

Avenida 29 de Setembro - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde - Rede VIGIAR-SUS

- Portaria GM/MS Nº 4.185 (2022), que institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
- Portaria Nº 814 (2022), dispõe sobre a normatização da distribuição do Hipoclorito de Sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em situação de risco, onde não há acesso à rede pública de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e prevenção às doenças de transmissão hídrica entérica.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.
- Nota Técnica N.º 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC, orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.
- Nota Técnica Conjunta DIVS e Defesa Civil N.º 002/2022, dispõe sobre a regulamentação do uso de Kit para Transporte de Água fornecido pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina para os municípios em enfrentamento da estiagem.

Tel. (493338.0005)

www.cunhatai.sc.gov.br - e-mail:

cunhatai@cunhatai.sc.gov.br

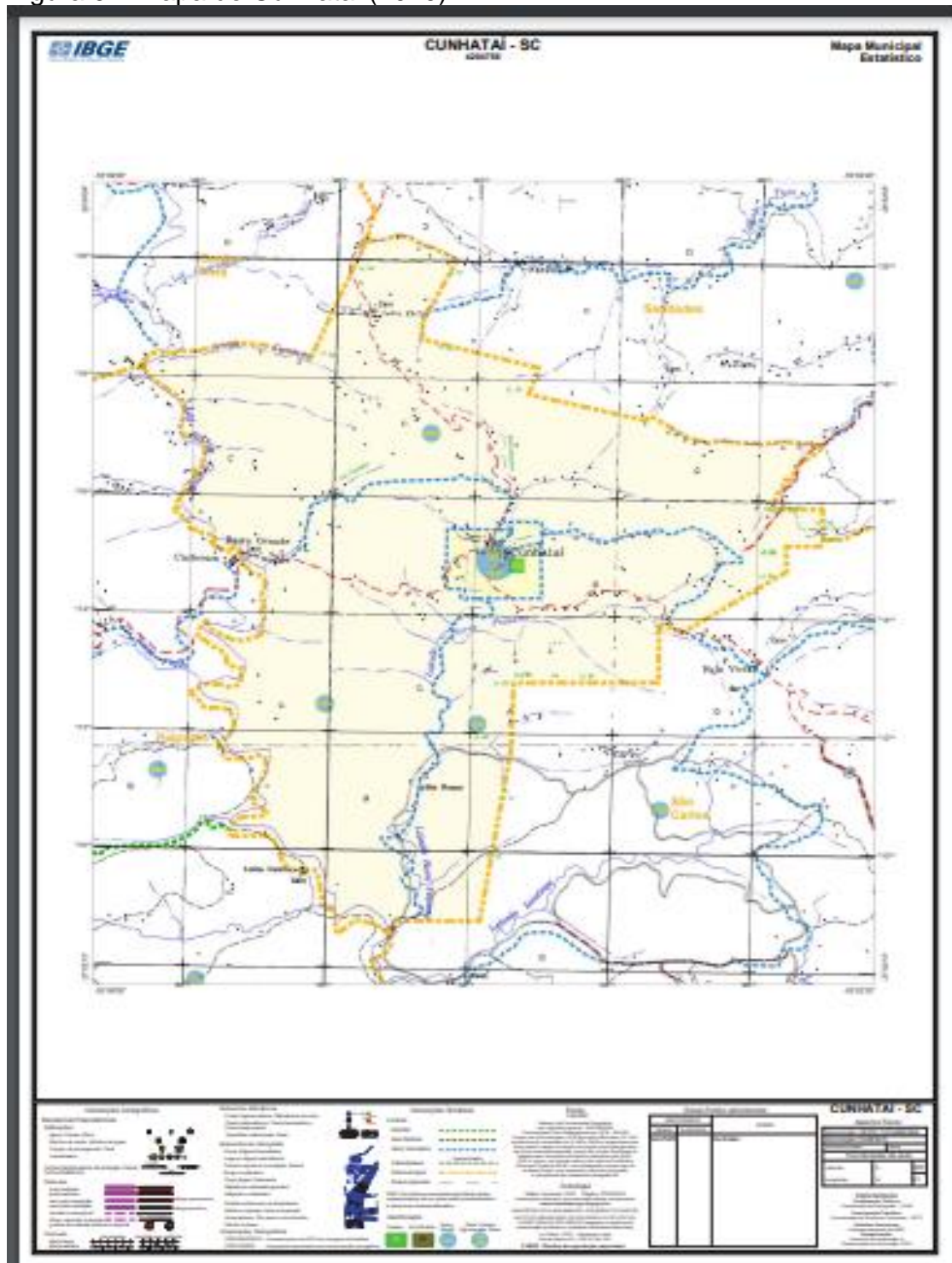
Avenida 29 de Setembro - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3. Caracterização do Município

Figura 01: Mapa de Cunhataí (2010)



Fonte: IBGE (2010)



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3. 1 Aspectos Socioeconômicos

O município foi emancipado pela Lei estadual 9.920 de 29 de setembro de 1995 e instalado com a posse do primeiro prefeito em 01 de janeiro de 1997, o qual foi eleito em 03 de outubro de 1996, acompanhado pelo vice-prefeito e 09 vereadores.

Cunhataí localiza-se numa altitude de 250 metros acima do nível do mar na localidade mais baixa do município e 550 metros, na mais alta.

Sua área geográfica é de 62 km² e tem malha rodoviária de aproximadamente 180Km dando acesso a todas as comunidades.

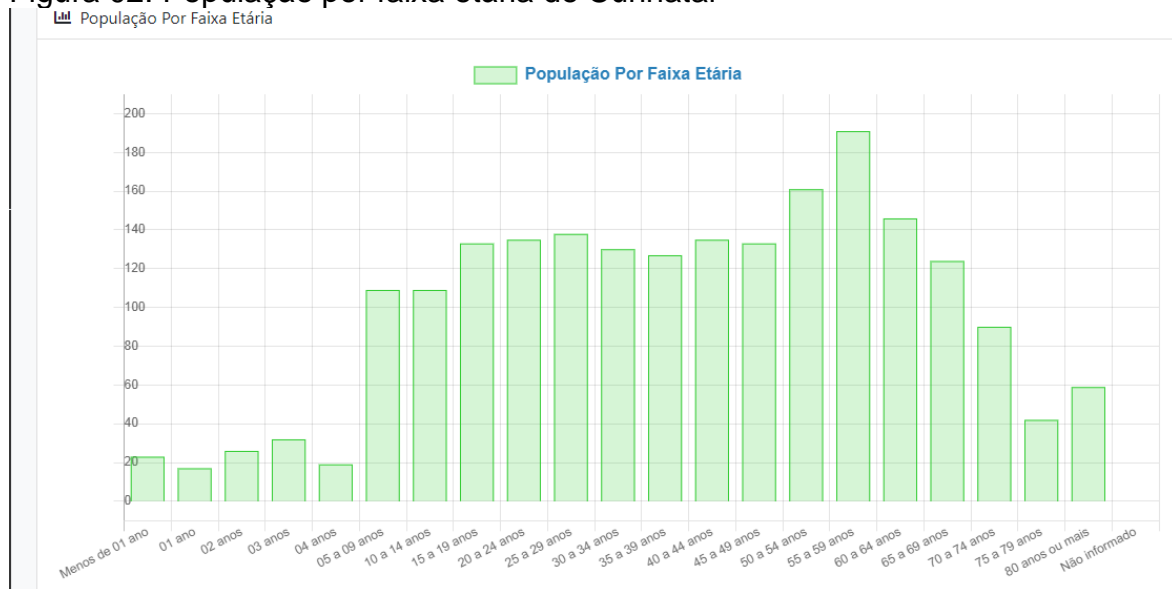
O município de Cunhataí está localizado no Oeste de Santa Catarina, a uma distância de 750 km da Capital de Florianópolis, 74 km da cidade de Chapecó por via rodoviária. Seu acesso principal situa-se na rodovia SC-469 e daí uma distância de 15km da cidade de Saudades por via rodoviária asfaltada.

A área do município tem confrontações: ao sul com o município de São Carlos; ao oeste com o município de norte com o município de Saudades e Cunha Pora, ao leste com o município São Carlos e Palmitos.

Conta com 2079 habitantes segundo Sistema da Atenção Primária a Saúde, sendo 1000 do sexo feminino e 1079 do sexo masculino.



Figura 02: População por faixa etária de Cunhatai



Fonte: RANG saúde 2022.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), segundo o IBGE em 2010 de 0,754. Apresenta escolarização de 100 na faixa etária de 6 a 14 anos. E não teve mortalidade infantil no ano de 2020.

3.3 Atividades Econômicas

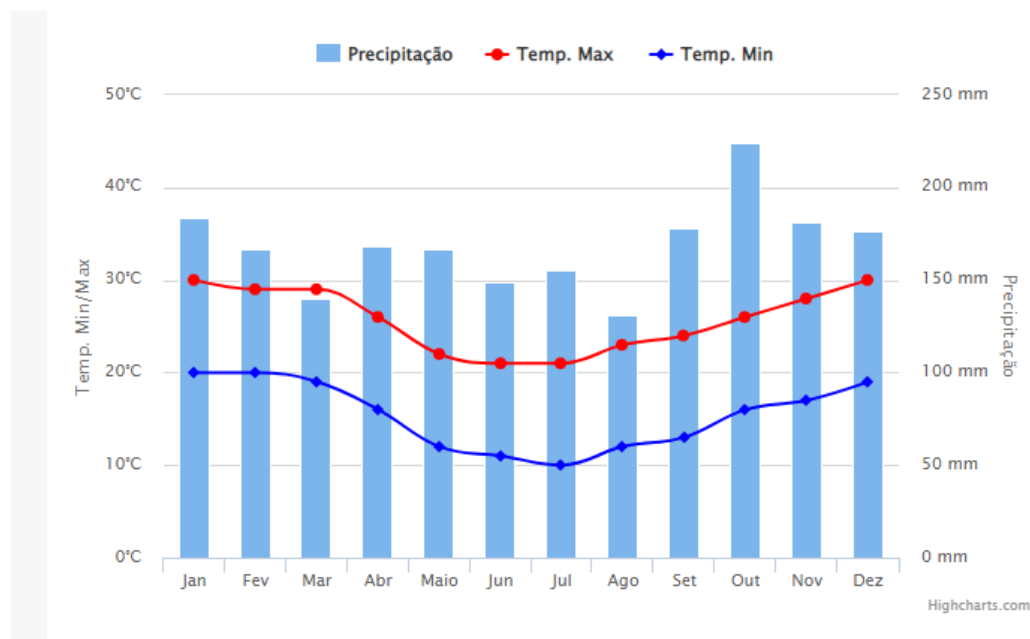
A responsabilidade do progresso do município é principalmente da agricultura, suinocultura, gado leiteiro e de corte e também no decorrer dos últimos dez anos tornou-se conhecida pelas suas indústrias de móveis que já atende uma considerável parte da demanda da região.



3.4 Características físicas

3.4.1 Clima e pluviometria

Figura 03: Climatologia



Fonte: CLIMATEMPO, 2023

As médias climatológicas foram calculadas a partir de um série de dados de 30 anos observados. É possível identificar as épocas mais chuvosas/secas e quentes/frias do municipal. Pode-se perceber um volume de chuvas grande concentrados no meses de outubro, novembro e janeiro, sendo acima de 150 mm podendo atingir até 200 mm. Cabe ressaltar que as grandes secas também ocorrem devido a períodos de intermitência das chuvas, ou de chuvas torrenciais localizadas.

Com relação as temperaturas as máximas também se concentram nos anos de novembro, dezembro e janeiro e as mínimas nos meses de maio, junho e julho.

3.4.2 Pedologia



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Setor com alto risco de inundação provocada pelo extravasamento do Córrego Cunhataí em períodos de cheia. Durante os eventos de inundação são afetadas 13 residências, além do CRAS, Câmara de Vereadores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, área de lazer, bar, padaria e comércios. Algumas das residências são altamente vulneráveis a eventos de inundações por serem construídas em madeira. Segundo moradores, a última grande inundação ocorreu em dezembro de 2016. A grande maioria dos imóveis atingidos se encontram na margem lateral esquerda hidráulica do córrego, que apresenta morfologia em curva que propicia o despejo e transbordamento das água nesta margem. Além disso, a outra margem apresenta terrenos em maiores altitudes.

Foram realizados trabalhos para alargamento e modificações da calha do rio entre as pontes existentes no perímetro urbano, permitindo uma vazão maior e melhor escoamento de grandes volumes de água. Este tipo de medida pode ser bastante útil, pois facilita o escoamento das águas do córrego evitando que essas estruturas sirvam de barramento do fluxo. O leito do córrego é predominantemente rochoso, mas em alguns trechos são frequentes muitos blocos e cascalhos rochosos. Em alguns trechos do córrego, principalmente na região das pontes, suas paredes foram protegidas utilizando blocos de rocha.

Figura 04: Setor com risco geológico



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



Fonte: PRONASOLOS, 2016.

3.5 Hidrografia

O sistema Paraná-Uruguaí, principal rede hidrográfica da parte meridional do continente sul-americano, forma um conjunto interligado à bacia do Prata, que se expande fora das fronteiras nacionais em território argentino e uruguaio. O sistema integrado da Vertente do Interior, compreendendo 07 bacias que integram a bacia Paraná-Uruguaí. A rede hídrica do Estado de Santa Catarina é rica e bem distribuída. Na Vertente do Interior os rios apresentam, via de regra, perfil longitudinal com longo percurso e com inúmeras quedas d'água, o que evidencia o potencial hidrelétrico na região. Na vertente do interior, os rios apresentam, via de regra, perfil longitudinal com longo percurso e ocorrência de inúmeras quedas



d'água, o que representa para a região importante riqueza em potencial hidrelétrico. O rio Chapecó, o maior tributário do rio Uruguai em terras catarinenses, apresenta-se bastante sinuoso. O rio Uruguai e seus tributários têm uma descarga bem mais acentuada em setembro e outubro. Quanto aos máximos de verão, apresentam-se de forma menos expressiva devido à forte evapotranspiração associada à irregularidade das chuvas. As vazantes mais acentuadas ocorrem do outono, sendo março e abril os meses com débitos mais fracos. Outra característica a se ressaltar são as amplitudes entre os máximos e os mínimos, bem mais elevadas.

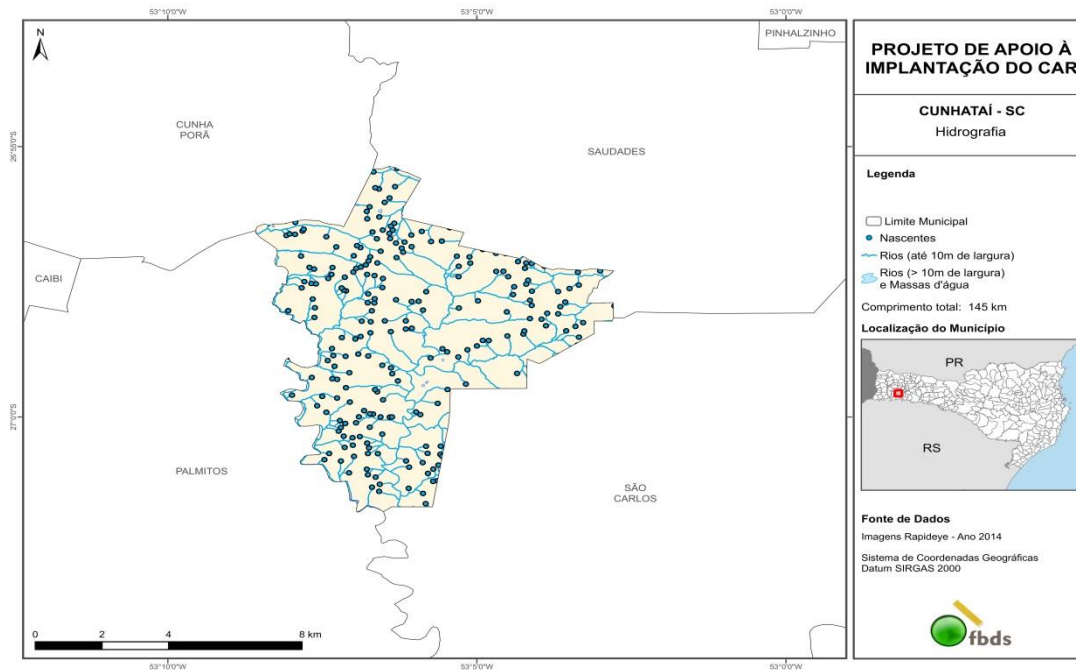
A bacia do rio Chapecó tem a extensão de 8.300 km², e recebe as águas dos rios Chapecozinho e Feliciano pelas margens esquerda e direita, respectivamente. A bacia do rio Chapecó, com 236 mil pessoas, drena 42 sedes urbanas, onde vivem cerca de 138.000 habitantes. Essas cidades, em geral de pequeno e médio porte. Pelo fato da maioria das cidades serem destituídas de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários, presume-se que o aporte de matéria fecal seja veículo de doenças nos rios dessa bacia, problema agravado nos municípios de jusante.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DAS PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS						
REGIÕES HIDROGRÁFI CAS	BACIAS HIDROGRÁFI CAS	CLIMA (MÉDIA ANUAL)			PRECIPITA ÇÃO ANUAL TOTAL (MM)	RELEVOS PREDOMINANTES
		VARIAÇÃO DA TEMPERATUR A MÉDIA REGIONAL (°C)	VARIAÇ O DA UMIDADE RELATIVA MÉDIA REGIONAL (%)	VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃ O MÉDIA REGIONAL (MM)		
RH 2 Meio Oeste	Chapecó	De 16,50 a 18,83	De 73,30 a 80,26	De 1,992,0 a 2,315,0	1.800	Forte-ondulado e montanhoso
	Irani				1.950	

Figura 05: mapa hidrográfico do município



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



Fonte: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (2014).

3.6 Saúde

O município conta atualmente com uma Unidade de Saúde da Família, localizado na Rua João Senhem, 187 no Centro; seus números de contato: 3338001; 33380098; e celular 999308663 e que é composta por uma equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), que atualmente conta com duas médicas, duas enfermeiras, três técnicas de enfermagem, farmacêutica, dentista e uma técnica em saúde bucal, além de sete agentes de saúde. Ainda uma fiscal de vigilância sanitária e um agente de endemias, e duas auxiliares de limpeza.

Já a equipe multiprofissional que também atua no local é composta por uma fisioterapeuta, uma psicóloga e uma nutricionista. Possui em seu quadro funcional 05 motoristas.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A assistência Laboratorial de Análises Clínicas é garantida à população através do credenciamento de Laboratórios privados e também através do Consórcio CIS/AMERIOS.

Além de uma ampla sede física, que conta com gerador a diesel. Possui atualmente em sua frota: 06 veículos de passeio, duas masters com capacidade para 16 pessoas e uma ambulância.

Segundo o IBGE, a taxa de mortalidade infantil média na cidade em 2020 é de 0 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 11.8 para cada 1.000 habitantes.

3.7 Assistência Social

Assistência Social está localizada na Avenida 04 de Julho, centro de Cunhatai. Tendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Conselho Tutelar no mesmo local.

Tem como o responsável a Secretária Municipal de Assistência Social Ederson Lenhard 49 33380191 e 49 99925-8981. E o assistente social Sadimir Moratelli 49 98426-6022.

3.8 Segurança

Polícia Militar: Valdir Pereira contato 49 98423-2757.

3.9 Obras

O setor de Obras e serviços está localizado na Rua das Palmeiras, Centro de Cunhatai tendo como responsável Vilmar André Brandão, sendo que as máquinas disponíveis para uso estão listadas no Anexo I.



4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

Quadro 01: Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

Mês /Ano	Classificação do Desastre (COBRADE – Anexo XX)	Breve relato
09/2012	14110 - Estiagem	Período de grande seca, afetou todo o município comprometendo o abastecimento de água para consumo humano e animal.
06/2014	12200 - Enxurradas	Fortes chuvas provocaram desmoronamentos obstruindo vias públicas e inundações em várias áreas do município
07/2015	12200 - Enxurradas	Fortes chuvas provocaram desmoronamentos obstruindo vias públicas e inundações em várias áreas do município
01/2017	12200 - Enxurradas	Ocorrência de enxurrada, no dia 31 de Dezembro de 2016, por volta das 22:45
04/2020	14110 - Estiagem	Período de grande seca, afetou todo o município comprometendo o abastecimento de água para consumo humano e



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		animal.
10/2020	14110 - Estiagem	Período de grande seca, afetou todo o município comprometendo o abastecimento de água para consumo humano e animal.
05/2021	15110 - Doenças infecciosas virais	COVID 19, causou perdas humanas, materiais e grande impacto geral no funcionamento dos serviço de saúde.
05/2021	14110 - Estiagem	Período de grande seca, afetou todo o município comprometendo o abastecimento de água para consumo humano e animal.
12/2021	14110 - Estiagem	Período de grande seca, afetou todo o município comprometendo o abastecimento de água para consumo humano e animal.
06/2022	12200 - Enxurradas	Grande volume de chuvas em pouco tempo, estragando estradas e causando danos em plantações

Tel. (493338.0005)

www.cunhatai.sc.gov.br - e-mail:

cunhatai@cunhatai.sc.gov.br

Avenida 29 de Setembro - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



5. Gestão de Risco em Desastres

O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres (Quadro 02).

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde e Ambiente, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2022, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é Giannina Amabile Weber alocado (a) na Vigilância Sanitária.

Quadro 02: Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Etapa	Fase	Objetivo
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS



5.1 Riscos existentes classificação COBRADE

HIDROLÓGICO - ENXURRADAS 1.2.2.0.0

Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.

Atuação de gestão do risco na ocorrência de enxurradas

Esse evento ocorre com frequência no município, minimamente de dois em dois anos Segundo verificado nos decretos emitidos, sendo vulnerável pela quantidade de rios e córregos que cortam o município como um todo.

O serviço de saúde UBS não está dentro da área de risco, mas pode ter seus serviços afetados caso os profissionais não consigam se deslocar até a unidade.

Importante destacar os trabalhos que incluem a qualidade do abrigo fornecido a população, bem como da água fornecida e o controle ambiental do *Aedes aegypti*.

A saúde mental também precisa ser considerada, pois por ser um município essencialmente agrícola esse evento afeta diretamente a economia, o que pode gerar impactos psicológicos profundos.

Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
-------------------	-------	----------------------------



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Giannina Amabile Weber
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Giannina Amabile Weber.
Mitigação	Identificar áreas e populações expostas com maior vulnerabilidade	Defesa Civil
Preparação	Divulgação deste plano de emergência	Responsáveis pelo plano

Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Giannina Amabile Weber
	Identificar áreas e populações expostas com maior vulnerabilidade de modo a organizar a resposta considerando a atenção a todos os grupos populacionais vulneráveis, expostos e afetados, definindo as áreas e populações em que se deve intensificar as ações de saúde e organizando uma resposta que contemple a redução de riscos e de doenças de curto e longo prazos.	Membros do COE- saúde
	Reorganizar a rotina de atendimento da UBS para comportar a demanda gerada	COE saúde/ gestão
	Solicitar o kit de medicamentos e insumos estratégicos ao Vigidesastres/SC	Vigilância sanitária/ gestão/farmácia
	Verificar a qualidade do local escolhido para abrigo (condições de higiene) de água e alimentos utilizados para atender a população	Fiscal de Vigilância Sanitária
	Realizar adequação e	Fiscal de Vigilância Sanitária/



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	aumento das coletas de água para verificar sua qualidade, incluindo novos parâmetros emergencialmente, se necessário.	empresa que fornece o serviço
	Fornecer hipoclorito em caso de intermitência no fornecimento de água potável pela responsável e inexistência de água engarrafada.	Fiscal de Vigilância Sanitária
	Realizar o monitoramento do Cloro Residual Livre-CRL nos abrigos e em pontos com riscos de contaminação ao longo da rede de distribuição de água potável	Fiscal de Vigilância Sanitária
	Realizar fiscalização e orientações nos comércios, unidades de saúde e farmácias/drogarias afetadas	Fiscal de Vigilância Sanitária
	Verificar se houve e realizar visita nas áreas do SAA afetados pelo evento, bem como o aumento de amostragem de água	Fiscal de Vigilância Sanitária
	Verificar se existem pontos de acúmulo de resíduos nas áreas afetadas	Fiscal de Vigilância Sanitária e Agente de endemias
	Realizar inspeções sanitárias para o controle ambiental do Aedes aegypti.	Fiscal de Vigilância Sanitária e Agente de endemias



Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Verificar junto a empresa responsável pelo fornecimento de água o pleno reestabelecimento do serviço, respeitando os padrões de potabilidade	Fiscal de Vigilância Sanitária
	Monitorar e aumentar a capacidade de resposta da UBS a possíveis doenças de longo prazo consequentes da situação	COE saúde/ Gestão/ APS

CLIMATOLÓGICO - ESTIAGEM 1.4.1.1.0

Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.

Atuação de gestão do risco na ocorrência de estiagem

Esse evento vem ocorrendo minimamente uma vez ano, pelo que foi levantado. Ficando cada vez mais severo e prolongado. O espaço físico da UBS, tem pouca capacidade de armazenamento de água, ficando vulnerável a situação, bem como afetando os serviços prestados.

Quanto a saúde em geral esse evento traz danos, pois a população recorre a fontes alternativas de água, sem qualidade atestada e ainda guardando água em depósitos não adequados, tanto para manter a qualidade da água quanto para proliferação de mosquitos que transmitem doenças.

A saúde mental também precisa ser considerada, pois por ser um município essencialmente agrícola esse evento afeta diretamente a economia, o que pode gerar impactos psicológicos profundos.



Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Giannina Amabile Weber
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Giannina Amabile Weber
Mitigação	Realizar trabalhos de recuperação e proteção de nascente, fontes e minas	Ambiental/Agricultura/EPAGRI
Preparação	Divulgação deste plano de emergência	Responsáveis pelo plano
	Mapear os pontos com oferta de água mesmo em períodos de grande estiagem	Agricultura/ambiental

Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Giannina Amabile Weber
	Identificar áreas e populações expostas com maior vulnerabilidade de modo a organizar a resposta considerando a atenção a todos os grupos populacionais vulneráveis, expostos e afetados, definindo as áreas e populações em que se deve intensificar as ações de saúde e organizando uma resposta que contemple a redução de riscos e de doenças de curto e longo prazos.	Membros do COE- saúde
	Fornecer hipoclorito em caso de intermitência no fornecimento água potável pela responsável e inexistência de água engarrafada	Fiscal de Vigilância Sanitária

Recuperação

Recuperaçã	Ações	Coordenadores/Responsáveis
-------------------	--------------	-----------------------------------



o		s
Reabilitação	Verificar junto a empresa responsável pelo fornecimento de água o pleno reestabelecimento do serviço, respeitando os padrões de potabilidade	Fiscal de Vigilância Sanitária
	Realizar trabalhos de recuperação e proteção de nascente, fontes e minas	Ambiental/Agricultura/EPAGRI
	Monitorar e aumentar a capacidade de resposta da UBS a possíveis doenças de longo prazo consequentes da situação	COE saúde/ Gestão/ APS

BIOLÓGICOS – DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS 1.5.1.1.0

Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.

Atuação de gestão do risco na ocorrência de doenças infecciosas virais

A COVID 19 foi um evento de magnitude mundial e que mostrou diversas fragilidades do setor da saúde.

Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
--------------------------	--------------	-----------------------------------



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Giannina Amabile Weber
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Giannina Amabile Weber.
	Ações educativas de higiene em geral	Saúde/enfermagem
Mitigação	Recomendação de uso de medidas de proteção que se fizerem eficazes no momento	COE saúde
Preparação	Estudar os possíveis impactos, sintomas e afins da doença circulante	COE saúde / APS
	Aquisição de materiais de apoio, e demais pertinentes a área para manter em estoque mínimo, para utilização imediata	Gestão/APS
	Divulgação deste plano de emergência	Responsáveis pelo plano



Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Giannina Amabile Weber.
	Reorganizar a rotina de atendimento da UBS para comportar a demanda gerada	COE saúde/ gestão
	Recomendar e verificar a aplicação de medidas sanitárias pertinentes	COE saúde/ Vigilância Sanitária

Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Monitorar e aumentar a capacidade de resposta da UBS a possíveis doenças de longo prazo consequentes da situação	COE saúde/ Gestão/ APS



6. Organização da resposta às emergências em saúde pública

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN, ESPII).

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Quadro 03) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

Quadro 03 Lista de representantes da SMS



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	E-mail
Débora Luiza Hansen	49 8426-4973	saude@cunhatai.sc.gov.br
Giannina Amabile Weber	49 98417-4233	vigilancia@cunhatai.sc.gov.br
Evandra Valesca Grützmann Schmitt	49 98409-1093	enfermagem@cunhatai.sc.gov.br

7. Informações à população

As informações necessárias serão repassadas através do rádio, site da prefeitura, mídias sociais, grupos de WhatsApp e das agentes de saúde.

8. Capacitações

Deverão ser feitas reuniões, com as equipes para formular as estratégias.

Serão preconizadas atividades presenciais, como reuniões, palestras e seminários.

Pretende-se introduzir um simulado das atividades, para reconhecimento e desenvolvimento de questões sensíveis a equipe.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

9. Referências

CLIMATEMPO. Disponível em:

<https://www.climatempo.com.br/climatologia/4589/cunhatai-sc> Acesso em: 28 abr. 2023.

EMBRAPA. **PronaSolos**. Disponível em:

<https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/19617> Acesso em 24 abr. 2023.

IBGE: **Mapas**. Disponível em:

http://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/sc/cunhatai_v2.pdf Acesso em: 24 abr. 2023.

FREITAS, Carlos Machado de **Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres** Rio de Janeiro, RJ : Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018. 159 p. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/40925/GuiaPrepara%c3%a7%c3%a3oSetorSaude.PDF?sequence=2&isAllowed=y> Acesso em: 01 out. 2022.

SANTA CATARINA. RECURSOS HÍDRICOS DE SANTA CATARINA.

Disponível em:

https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/bacias_hidrograficas/bacias_hidrograficas_sc.pdf Acesso em: 10 out. 2022.

Tel. (493338.0005)

www.cunhatai.sc.gov.br - e-mail:

cunhatai@cunhatai.sc.gov.br

Avenida 29 de Setembro - CEP 89886-000 - Cunhataí (SC)



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Anexos

Anexo I

Lista de equipamentos e máquinas

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
CAMINHÃO BASCULANTE	05	DMER
CAMINHONETE FIAT STRADA	01	DMER
MOTONIVELADORA	02	DMER
RETROESCAVADEIRA	03	AGRICULTURA
ESCAVADEIRA HIDRAULICA	02	DMER

Anexo II

Contatos interinstitucionais

(Listar contatos para integração interinstitucional no gerenciamento do risco de desastres)

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Saúde	Debora Luiza Hansen	49 33380098 984264973
Defesa Civil/ Agricultura	Darcilo Weidauer Schmitt	49 33380010 989045039
Administração	Augusto Diel Marschall	49 33380005 99997-8828
Educação	Marcia Mann	49 33380010 9988-8644
DMER	Vilmar Andre Brandão	49 33380010
Social	Ederson Lenhard	49 33380191
Polícia Militar	Valdir Pereira	49 98423-2757



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Educação/ Estado	Lurdes Chiapinoto Hansen	49 99971-6142
---------------------	--------------------------	---------------